



TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 4, DE 3 DE MAIO DE 1983

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a necessidade de tornar uniforme o procedimento a ser observado pela Secretaria no que concerne ao processamento das arguições de relevância suscitadas perante o Tribunal na forma do artigo 328, I a VI, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal,

RESOLVE:

Art. 1º- Ao despachar o recurso extraordinário, o Presidente determinará a formação do instrumento de relevância e a intimação do arguente para efetuar, no prazo de 15 (quinze) dias, o depósito da quantia necessária à reprodução das peças indicadas (RISTF, art. 328, inciso II).

§ 1º No caso de admissão do recurso extraordinário, o prazo previsto neste artigo se seguirá à reiteração do pedido de processamento, se manifestada pelo arguente em 5 (cinco) dias (RISTF, art. 329, inciso I).

§ 2º - Salvo isenção, a falta do depósito importará no prejuízo da formação do instrumento declarado à vista de certidão da Secretaria, lavrada nos autos principais (RISTF, art. 328, inciso V).

Art. 2º- Formado o instrumento, o arguido será intimado para responder em 5 (cinco) dias (RISTF, art. 328, inciso III).

Art. 3º- Oferecida, ou não, a resposta, intimar-se-á o arguente para, salvo isenção, preparar a reprodução do instrumento e sua remessa ao Supremo Tribunal Federal, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de deserção da arguição suscitada declarada à vista de certidão lavrada pela Secretaria nos autos principais (RISTF, art. 328, inciso IV).

Art. 4º- Formado e reproduzido o instrumento, os dois exemplares serão apensados aos autos principais, caso haja recurso extraordinário processado, ou aos do agravo de instrumento e, em seguida, remetidos ao Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo Único – Ocorridas quaisquer das hipóteses acima previstas, ou ainda, na de o instrumento de relevância ser remetido isoladamente, a Secretaria lançará nos autos a certidão respectiva.

Art. 5º- Quando de sua devolução, o instrumento de relevância deverá

ser apensado ao processo a que se referir e, conforme o caso, encaminhado ao Juízo de origem, ou ao arquivo do Tribunal.

Art. 6º- Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Instrução Normativa nº.3, de 7 de outubro de 1981.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO JARBAS NOBRE

PRESIDENTE